



O PROGRAMA MOVA/ALFA 100 DE CRUZEIRO DO SUL/ACRE: RELAÇÕES DE APRENDIZAGENS E DE INSERÇÃO SOCIAL

SILVA, Pedro Lopes da¹

¹ Professor Assistente D. E. da Universidade Federal do Acre. Vinculado ao grupo de pesquisa EPEJA - Estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos. E-mail: pedrolopes.ac@hotmail.com

EIXO TEMÁTICO: ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E AS DIFERENTES LINGUAGENS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Resumo

Este artigo apresenta resultados da pesquisa de mestrado e problematiza compreender as relações de aprendizagens, sociais e políticas na ótica dos egressos/estudantes do programa MOVA/ALFA 100 da comunidade Miritizal no município de Cruzeiro do Sul- Acre. Trata-se de uma abordagem qualitativa com característica exploratória e descritiva, mediante levantamento bibliográfico, análises de documentos e realização de entrevistas semiestruturadas. A relevância social se constitui pelo fato de que a produção acadêmica no campo da EJA no Estado do Acre é praticamente inexistente e com uma investigação sistematizada busca compreender as relações com os saberes e as influências do programa no âmbito dos processos de aprendizagem, de inserção pessoal e social dos egressos. Desse modo, foram situados referenciais teóricos e documentais sobre políticas públicas de alfabetização na EJA, suas concepções e modos de constituição de alfabetização no Brasil e no Acre. Tais referenciais contam com a contribuição de autores como: Hadadd e Ximenes (2008), Soares (2003), Freire (1991, 1993, 1996 e 2000), Charlot (2000), Vieira (2004), entre outros. A pesquisa evidencia os alcances político e sociais, no que se refere à inserção pessoal e social dos egressos/estudantes.

Palavras-chave: Alfabetização. Jovens, Adultos e idosos. Políticas Públicas. Inserção Social.

Introdução

A EJA, Educação de Jovens e Adultos, enquanto modalidade de Educação Popular é marcada por uma trajetória de desafios, principalmente por ser uma alternativa que visa minimizar o problema da exclusão social. Porém, por muito tempo, não se apresentou como prioridade educacional, sendo entendida e tratada apenas como política compensatória direcionada a suprir a perda de escolaridade em idade própria.

O uso do termo idade própria, no Artigo 208 da Constituição Federal de 1988, possibilita entender que existe uma idade apropriada para aprender tornando a educação de jovens e de adultos uma política compensatória, com o objetivo de repor a escolaridade não realizada na infância e na adolescência, consideradas idades apropriadas (DI PIERRO, 2000, p. 211).

A Constituição Federal promulgada em 1988 trouxe importantes avanços no campo da EJA. Em seu artigo 208, a educação passa a ser direito de todos independentes de idade, e nas disposições transitórias, são definidas metas e recursos orçamentários para a erradicação do analfabetismo. Assim o artigo 208 é claro:



O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Com a nova Lei 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 37 consta, a preocupação em garantir o acesso e a continuidade dos estudos àqueles que não tiveram a oportunidade em idade própria, se é que podemos falar em idade própria para o estudo tanto formal quanto informal.

No Brasil, a EJA tem se constituído, nos últimos anos, como um campo estratégico para fazer frente à exclusão e desigualdade social e, se observarmos a Lei 9.394, de 1996, o Parecer CEB 11/2000 citados anteriormente, e acompanharmos a conclusão a que chegou a Conferência de Hamburgo, bem como a orientação do relatório da UNESCO sobre educação para o século XXI, percebemos que essa modalidade tem pretensões de assumir contornos que transbordam os limites do processo de escolarização formal ao abarcar aprendizagens realizadas em diversos âmbitos.

A Educação de Jovens e Adultos assumiu a identidade de modalidade de Educação Básica nos Artigos 37 e 38 da LDBEN 9394/96 garantindo o direito expresso no artigo 208 da constituição Federal de 1988. Percebe-se que legalmente há um interesse da União em “reparar” o descaso do poder com a população jovem e adulta prejudicada durante muito tempo; sem contar que os índices de analfabetismo são gritantes ao ponto de que não é mais possível ignorá-los. O artigo 4º VII da LDB é claro:

O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...] oferta de educação regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas as suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

A Lei 9394/96 confere a Educação de Jovens e Adultos uma identidade própria “obrigando” a União, os Estados e os Municípios a oferecê-la gratuitamente conforme as necessidades de condições dessa clientela; além de extinguir o caráter supletivo reservado apenas para os exames. Conforme o artigo 37 da LDBEN a Educação de Jovens e Adultos será oferecida:

1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.



Em 2003, ano quando o Estado do Acre completou 100 anos de emancipação política, criou-se o Programa MOVA/ALFA 100, em parceria com o MEC - Ministério da Educação e Cultura, por meio da SECAD/PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO. De acordo com as orientações da SECAD/MEC para o programa, constante na Resolução/CD/FNDE nº 31, de 10 de agosto 2006, o tempo de duração e carga horária para os cursos de alfabetização são: 6 (seis) meses de duração com, no mínimo, 240 (duzentas e quarenta) horas/aula; 7 (sete) meses de duração com, no mínimo, 280 (duzentas e oitenta) horas/aula; ou 8 (oito) meses de duração com, no mínimo, 320 (trezentas e vinte) horas/aula.

A proposta pedagógica do programa MOVA/ALFA 100 segue as mesmas orientações gerais do PBA – Programa Brasil Alfabetizado. Nos primeiros anos de implantação, não existia um documento que orientasse a parte pedagógica. O PBA tinha como meta “erradicar” o analfabetismo ao longo do primeiro mandato governamental do presidente Lula, que de acordo com os números apresentados já era de se prever que a meta não seria atingida. As taxas de analfabetismo no Brasil, de acordo com o Censo de 2000, continuavam altas, havia 15.467.262 pessoas com mais de 15 anos analfabetas, correspondendo na época a 10,09% da população brasileira, o programa foi organizado pelo MEC para ser aplicado em todo o País. Dessa forma, a responsabilidade pedagógica pertencia às Entidades Executoras. Como não havia um programa curricular deixava os municípios trabalhando individualmente, com orientações pedagógicas distintas.

Nessa perspectiva, não foi positivo para um Programa do alcance do PBA, pois não houve uma orientação do ensino para a aquisição de habilidades aplicáveis aos contextos práticos de vivência de alfabetizando jovens, adultos e idosos que envolvesse um desafio significativo, no tocante à organização do ensino e à formação dos alfabetizadores. Não se trata aqui de impor nenhuma metodologia, mas de sustentar um princípio político-pedagógico. Conforme Gadotti,

tal princípio sintetizado numa concepção libertadora de educação, evidenciando o papel da educação na construção de novo projeto histórico, a nossa teoria do conhecimento, que parte da prática concreta na construção do saber, o educando como sujeito do conhecimento e a compreensão da alfabetização não apenas como processo lógico, intelectual, mas também profundamente afetivo e social. (GADOTTI, 2007, p. 93)

O programa MOVA/ALFA 100 funcionou cinco anos, ou seja, até 2008 com uma carga horária de 10 (dez) horas semanais, totalizando 240 (duzentas e quarenta) horas em todo



o curso que era desenvolvido anualmente em um período de seis meses. A partir do ano de 2008, passou a ser de oito meses com a carga horária de 320 horas.

O material pedagógico utilizado foi produzido por profissionais da Secretaria de Educação do Estado - “Caderno da Florestania” para os alunos e “Caderno com Orientações Pedagógicas” para os professores - baseados em uma educação popular e fundamentados na pedagogia da libertação idealizada por Paulo Freire, segundo a qual o cidadão constrói a leitura e a escrita a partir da sua própria realidade.

A meta do programa até 2010 era alfabetizar 2.500.000 de sujeitos jovens, adultos e idosos e anualmente deveriam ser estabelecidas novas metas. A implementação do programa MOVA/ALFA 100 possibilitou o estabelecimento de parcerias com o Governo Federal, as empresas: BANCO DO BRASIL e entidades não governamentais como: TIM, PIRELLI, igrejas, associações de bairros, sindicatos, entre outras, com o objetivo de garantir à população assistida melhor atendimento e acompanhamento das atividades desenvolvidas junto às turmas do MOVA/ALFA 100.

Conforme as resoluções nº 22(20/abril/2006) e nº 31 (10/ago/2006), o programa funciona por meio de parcerias que podem ser estabelecidas com órgãos de governos estaduais, municipais ou Distrito Federal, e também com entidades da sociedade civil e instituições de ensino superior (HADDAD, 2008, p. 60).

A ação do MOVA/ALFA 100, faz parte de uma estratégia para que todos aqueles que ainda não haviam sido alfabetizados pudessem ser, tendo em vista que essa é a proposição do programa, alfabetizar 100% da população acreana. Quanto à concepção de alfabetização, o programa anuncia, em seus documentos ser baseadas na concepção de Paulo Freire. O conceito de alfabetização para Paulo Freire tem um significado mais abrangente, na medida em que vai além do domínio do código escrito. Enquanto prática discursiva,

a alfabetização possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social. (Freire, 1991, p.68)

No entanto, é importante ressaltar que no teste final, após os oito meses de estudo no programa são declarados aptos (alfabetizados) aqueles que conseguirem ler e escrever um texto (bilhete) simples. Em relação ao acompanhamento das turmas, é realizado por monitores de campo por meio de visitas pedagógicas pela equipe técnica do Programa, que orienta, planeja e promove capacitações aos “professores voluntários” durante todo o curso. De acordo



com dados estatísticos da Secretaria de Educação do Acre, desde a implantação do Programa em 2003 até 2009 foram atendidos no Estado 110.837 Jovens e Adultos, sendo 52.440 alfabetizados. Total de homens atendidos 52.043, mulheres 58.794. Homens alfabetizados: 23.579, mulheres alfabetizadas 28.864.

O MOVA/ALFA 100 no município de Cruzeiro do Sul - Acre

No início de cada etapa letiva tem um encontro de Formação para Coordenadores Pedagógicos e Monitores de Campo para discutir as especificidades dos municípios e readequá-las de forma que não fuja dos Princípios Norteadores do Programa descritos no Guia de Formação Inicial de Coordenadores 2013 Programa MOVA/ALFA 100 que são:

O aluno é o sujeito de sua aprendizagem adquirida ao longo da vida; A aprendizagem se dá no pensar na reflexão e na interação, tornando-se assim o objeto do conhecimento; O aluno por meio do seu conhecimento de mundo aprende a ler lendo e escrever escrevendo; No trabalho de alfabetização os alunos são considerados leitores e escritores desde o início do processo de aprendizagem; O ponto de partida do trabalho de alfabetização é a experiência vivida e os saberes construídos pelos alunos; A experiência do educador é fundamental, ele é o mediador que organiza as ideias e situações de aprendizagem, levando em consideração o conhecimento do aluno; O contexto de letramento é a capacidade do uso de diferentes tipos de materiais escritos; A cultura local é uma das referências temáticas para o estudo dos conteúdos trabalhados no processo de alfabetização. (Pág. 11).

Como se pode verificar na citação acima, o programa traz em suas diretrizes a concepção de que o educando deve ser o sujeito da sua aprendizagem, diferentemente do que Paulo Freire chamou de educação bancária, pedagogia da transmissão, em que o professor “sabe tudo” e o educando não “sabe nada”. “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 21). Tanto professor, quanto educando possuem conhecimentos que são mobilizados durante o processo da aprendizagem por ambos, uma vez que na relação que se estabelece entre eles, incluindo o conteúdo estudado, ambos aprendem. O programa traz um conceito de aprendizagem com base em princípios defendidos por Paulo Freire de que o professor não deve se limitar ao ensinamento dos conteúdos, mas, principalmente, ensinar a pensar, pois “pensar é não estarmos demasiado certos de nossas certezas”. (FREIRE, 1996, p. 28).

As turmas do MOVA/ALFA 100 funcionam nas escolas das redes estadual e municipal, no entanto, quando as mesmas não dispõem de espaço suficiente, ou não existem escolas nas proximidades, as aulas são realizadas em espaços alternativos, tais



como, igrejas, centros culturais e comunitários, associação de moradores, casas de farinha, ou seja, local em que se fabrica a farinha de mandioca, quando se trata da zona rural. Chega a funcionar até mesmo em residências, se oferecer condições de espaço e iluminação. A proposta é para que os alunos do Programa MOVA/ALFA 100 continuem a frequentar os espaços de coprodução do saber no 1º e 2º segmento da Educação de Jovens e Adultos – EJA e até mesmo o Ensino Médio. Conforme dados estatísticos coletados na coordenação geral do MOVA/ALFA 100 na capital do Estado – Rio Branco e no município de Cruzeiro do Sul, o atendimento a este público de 2003 a 2012 no município foi de 20.006 pessoas jovens, adultas e idosas matriculados, perfazendo um total alfabetizados de 9.905.

No que diz respeito à formação dos profissionais da educação, no artigo 62 da referida LDB 9394/96, consta a exigência de formação em nível superior para atuar na educação básica, no entanto, quando se trata da EJA, observa-se um retrocesso, pois programas criados pelo governo federal, voltados a essa modalidade, no caso - o Programa Brasil Alfabetizado, exigem que o professor tenha uma formação mínima em nível médio, contrariando o que está posto na Lei. No contexto do Acre, como já mencionado se torna mais grave ainda, pois, alguns professores que atuam em comunidades de difícil acesso possuem apenas o ensino fundamental. O que se percebe é uma contradição quanto ao novo Plano Nacional da Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), das 20 metas nele estipuladas, 10 tem relação direta ou indireta à educação de jovens e adultos.

Di Pierro (2010) fez uma análise das metas estabelecidas no novo PNE referente à EJA e fez um destaque em relação às taxas de analfabetismo que, segundo ela, mantêm uma tendência histórica de recuo muito lento. Nesse sentido, infelizmente, seja provável que em 2015, conforme meta 9 para o novo Plano Nacional, o Brasil não cumprirá o compromisso de reduzir pela metade o índice de analfabetismo, quanto mais erradicá-lo até 2020. Se o poder público não conceber a alfabetização como prioridade nacional, conforme pontua a Conferência Nacional de Educação (CONAE), outros planos virão, mesmo com demora na implementação, e esta meta voltará a se repetir, estabelecendo sempre prazos maiores. Ainda segundo Di Pierro, os resultados frustrantes são atribuídos pelas pesquisas e avaliações a, pelo menos, três fatores:

[...] a superestimação de participantes, devida à atribuição da responsabilidade de formação de turmas aos alfabetizadores e à escassa



fiscalização; problemas de focalização do programa, que inscreveria, em grande medida, pessoas já alfabetizadas e não o público-alvo prioritário constituído por analfabetos absolutos; escassos resultados de aprendizagem, devidos à duração insuficiente dos cursos, à frequência intermitente e evasão dos alfabetizandos, à seleção inadequada e precária formação dos alfabetizadores, entre outros aspectos relativos à qualidade dos cursos (2010: 947).

O programa tem tido uma abrangência muito grande no que se refere a matrículas, no entanto, a evasão ainda é uma das grandes dificuldades enfrentadas. Andrade (2004) diz que, para suplantar as ideias cristalizadas de fracasso escolar, de repetência, de evasão, de defasagem, de aceleração, enfim, de educação compensatória que circundam a EJA, é preciso acreditar que os sujeitos dessa modalidade de ensino podem superar obstáculos e limites e reescrever suas histórias. Para isso, é necessário que o Brasil tenha uma educação de qualidade, o que demanda profissionais competentes e comprometidos com a superação dessa realidade e com a implementação de novos projetos de ensino.

Os sujeitos que estudam na EJA, são pessoas que não tiveram a possibilidade de estudar ou de permanecer na escola para dar prosseguimento aos estudos e estão presentes tanto nas zonas urbana quanto rural, não só no município de Cruzeiro do Sul, mas em todo o Estado do Acre. O que chama atenção em todo esse contexto foi onde se encontram os que habitam as margens do Rio Juruá no município de Cruzeiro do Sul, rio de água barrenta que se contrasta com o verde da floresta na mais bela harmonia. Assim, o rio ao longo dos anos tornou-se fonte de vida e desenvolvimento para milhares de pessoas, principalmente àqueles que vivem às suas margens, que na sua maioria não tiveram a oportunidade de estudar. De grande importância para a região, o rio Juruá serve como hidrovia para diversas comunidades isoladas, que sobrevivem da pesca e da agricultura familiar.

A maioria das pessoas que moram às margens do rio Juruá e outros afluentes são descendentes de imigrantes nordestinos. Vieram para o Acre, com o sonho de melhorar a qualidade de vida, para ter um conforto melhor, fartura de água e alimentação, pois acreditavam que com a economia do excedente com a produção da borracha, conhecida como o ouro negro, tinham a esperança de ficarem ricos. Nesse contexto, é possível perceber que foram pessoas que vieram atrás de um sonho, mas na realidade para muitos se tornou em um verdadeiro pesadelo. Saíram do Nordeste para o meio da Amazônia, sem o devido preparo e, além de tudo, passaram a ser explorados. Hoje os descendentes, são os habitantes ribeirinhos



dos rios da região, que estão sendo atendidos pelo Programa MOVA/ALFA 100. Tem-se perguntado quanto à contribuição do MOVA/ALFA 100 para o povo que mora nessas comunidades, tendo em vista suas muitas especificidades que requerem preparo profissional diferenciado e políticas públicas voltadas para atender a formação integral desses cidadãos marcados por desafios e pela exploração. Até que ponto esse ideal educacional constante nas políticas sociais tem sido alcançado nessas comunidades ribeirinhas do município Cruzeiro do Sul.

Tendo como fundamentos os princípios defendidos por Paulo Freire, percebe-se que um dos principais problemas da população excluída dos bens e serviços disponíveis é o pouco preparo para o questionamento e a participação, fatores de fundamental importância para a aquisição do direito de escolha e superação do senso comum, ou seja, a libertação, bem como a consciência de luta por direitos que são inerentes a uma sociedade democrática. Papel reservado à Educação Popular, mas enfim, Vê-se a compreensão de Paulo Freire:

Entendo a educação popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece de que é preciso poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito. Em uma primeira 'definição' eu a apreendo desse jeito. Há estreita relação entre escola e vida política (FREIRE, 1993, p. 19)

Em sua concepção, o povo brasileiro, devido ao longo período de colonização e escravidão, tornou-se apático à vida pública e adotou a cultura do silêncio, situação que se tem agravado com as ditaduras militares que compreendem os períodos de 1937/1945 e 1964/1985. É clara a ideia de que a volta à democracia não trouxe consigo a necessária participação popular. Fundamentados pelo princípio de que é pela educação que se consegue compreender, interpretar e mudar o mundo a favor da supressão das necessidades e melhoria da qualidade de vida. O Programa MOVA/ALFA 100 vem apoiando o conceito de florestania construído ao longo de quinze anos de governo da Frente popular do Acre, e tem como eixo a preservação do que há de melhor – “a floresta”. No ímpeto de resgatar o orgulho de ser um povo da floresta, o governo tomou como base para a educação o conhecimento que provém da cultura nascida da floresta visando à inclusão do Acre no cenário nacional, pela preservação de peculiaridades e pela promoção da cidadania levada a cada acriano seja na cidade ou no campo, nas ruas pavimentadas ou nas margens dos estreitos rios em que grande parte dessa população reside.



Quanto à Educação Popular no Acre em termos quantitativos, pode-se afirmar de acordo com os dados já apresentados que nunca foi tão presente na modalidade de Alfabetização de Jovens e Adultos como nos últimos dez anos. O Programa MOVA/ALFA 100 esteve presente em todos os municípios do Estado do Acre. Em Cruzeiro do Sul, em todos os bairros e em todas as comunidades rurais e ribeirinhas. Funcionavam turmas, oportunizando milhares de pessoas jovens, adultos e idosos a “ter acesso” a um direito básico estendido a todas as pessoas que, por motivos diversos, não conseguiram estudar em “idade própria”. Muito embora essa oportunidade seja oferecida de forma gratuita e o programa ter tido a abrangência que teve, não significa que tenha garantido as exigências específicas dessa modalidade de ensino, ou seja, são necessários pesquisas que apontem para os aspectos qualitativos do programa, e é um pouco disso que se pretende demonstrar nesta pesquisa.

Os egressos do programa MOVA/ALFA 100 e á sua inserção política e social

Foi possível perceber que todos os sujeitos da pesquisa apresentam algum grau de inserção social, no que se refere à utilização da leitura, da escrita e, alguns fazem uso dos conhecimentos matemáticos em seus contextos do cotidiano. Nesse sentido, foi possível listar subcategorias de inserção social dos egressos estudantes investigados: participação mais efetiva em reuniões públicas, auxílio nas tarefas dos filhos e outros familiares, utilização da leitura e da escrita em alguns contextos, uso dos conhecimentos matemáticos e melhoria na oralidade.

Quanto à participação nas reuniões, sejam elas em qualquer contexto como, por exemplo, com alguma autoridade ou liderança para discutir melhorias que beneficiarão toda comunidade ou na colônia de pescadores (associação), pois vários fazem parte como pescadores profissionais, os egressos afirmam ter melhorado suas participações, pois antes de estudarem no programa ficavam calados.

As práticas de alfabetização nem sempre são capazes de promover a inserção dos alfabetizados na cultura da leitura e da escrita, mas, há uma amostra do que significou, em termos de inserção social e pessoal às aprendizagens adquiridas através do programa MOVA/ALFA 100. A maioria desses sujeitos encontraram nesse pouco conhecimento muitas respostas para as necessidades que vivenciam no cotidiano. Percebe-se que são pequenas coisas que para eles fazem grande diferença, como identificar uma sala em um hospital, ler



um preço de uma mercadoria, assinar um recibo, enfim o que para eles, “mudou” as suas vidas.

Esses jovens, adultos e idosos participantes desta pesquisa sabem bem o valor da escrita, muito mais do que os sujeitos escolarizados, pois por muito tempo sentiram “na pele” o preço da falta de escolarização e de conhecimento escolar. Por isso mesmo, demonstram em suas falas, tanta satisfação pelo mínimo que seja assinar o nome, mas isso significa que foram inseridos em um grupo que não precisa ter que colocar o dedo em uma almofada para deixar a impressão digital, o que segundo alguns relatos eram tais momentos de muito constrangimento.

Foi possível perceber através da pesquisa, alguns usos sociais da escrita. Ainda que a escolaridade proporcionada pelo programa seja pouca, já causou uma tímida inserção, que acarretou inclusive o sentimento de que agora são alguém na vida. Mesmo que de forma bem restrita, mas você consegue ler e escrever possibilita a circulação no dia a dia pelos ambientes sociais e culturais em que a palavra é que dá a ordem às atividades que são desenvolvidas em qualquer lugar como, por exemplo: hospitais, lugares na rua e que se estende por todos ambientes, pois, viver nessa sociedade, que é grafocêntrica, saber ler e escrever é uma questão de dignidade humana, já que a leitura e a escrita se constituem em habilidades que possibilitam não só o acesso ao conhecimento e à informação a outros direitos — como o direito à moradia, à saúde, ao trabalho, às garantias individuais e coletivas, ou seja, aos direitos sociais e políticos —, como também proporcionam o escrever como forma de exteriorização e comunicação de sentimentos, ideias, opiniões, saberes e emoções.

Embora alguns dos sujeitos pesquisados não estejam seguros quanto ao fato de estarem ou não alfabetizados, mesmo tendo sido declarados por meio da avaliação realizada pelo programa, se considerem analfabetos por saberem ler e escrever minimamente. Entretanto, para todos a leitura e a escrita são, de fato consideradas conhecimento imprescindíveis à emancipação humana, pois a todo o momento em suas falas, ambas eram referendadas como importantes e indispensáveis para conquista da autonomia pessoal e, sobretudo, econômica. Logo, reconhecidas como facilitadoras ao acesso a todos os recursos sociais, políticos, econômicos e, mais como um requisito para que possam passar a se sentirem “alguém na vida”, ou seja, por falta do domínio da leitura e da escrita chegam a negar a própria identidade. Nesse sentido, cabe ressaltar que os programas de alfabetização voltados ao atendimento daqueles que não puderam ou não tiveram acesso à educação quando



crianças e adolescentes não podem cair no erro de acreditar que a “simples” aquisição da leitura e da escrita é suficiente para promoção da cidadania desses sujeitos que trazem as marcas da exclusão.

É necessário, portanto que, junto ao processo de alfabetização esteja inserida a leitura e a interpretação da realidade do educando, bem como os seus condicionantes políticos, sociais e econômicos. Dessa forma, a aquisição da leitura e da escrita seja capaz de despertar nos sujeitos potencialidades que fazem com que interagindo com o mundo possam constituir a si mesmo e ao outro, ou seja, uma alfabetização, que envolva a leitura do mundo e a leitura da palavra, compreendida como um projeto político no quais homens e mulheres afirmam seu direito e sua responsabilidade não apenas em ler, compreender e transformar suas experiências pessoais, mas também de reconstruir sua relação com a sociedade mais ampla (GIROUX, 1990).

Corroborando com esse mesmo conceito Freire (1990, p. 132) nos indica que

se a educação não é fazedora da cidadania, a alfabetização, e, sobretudo uma certa forma de trabalhar a alfabetização, pode constituir-se num fator, numa espécie de empurrão necessário na busca da cidadania. É preciso ficar claro que o fato de ler hoje o que não lia ontem, em termos de palavras, não significa que ninguém virou cidadão (grifo nosso).

Nessa perspectiva, foi possível constatar pelos dados levantados, que a leitura e a escrita adquirida e/ou aperfeiçoada durante a permanência dos alunos/egressos nas turmas do Programa MOVA/ALFA 100, despertaram nos educandos a compreensão que o ato de ler é importante para que a liberdade, a equidade, a educação, a saúde, o direito a ter direitos e, de ser cidadão atuante.

Os dados não negam a importância da aprendizagem da leitura e da escrita instrumental, ou seja, enquanto habilidade de codificação e decodificação da linguagem escrita, já que essa habilidade é uma das exigências da sociedade atual, sem esquecer que a seleção e o processamento da informação, da qual a leitura e a escrita são indiscutivelmente imprescindíveis. Mas, também mostraram que compreendem que somente a leitura e a escrita da palavra não são suficientes para o rompimento dos muros antidialógicos.

Pode-se perceber também que as habilidades de leitura e escrita, ainda que pouco conectadas à leitura do mundo, têm proporcionado aos sujeitos desta pesquisa um crescimento da autoestima, uma vez que se sentem capazes de aprender e de envolverem-se em práticas de



leitura e escrita legitimadas socialmente, permitindo a alguma projeção de novos desafios e conquistas.

Entende-se, também, que o processo de alfabetização, pelo qual os sujeitos passaram, fez com que eles pudessem afirmar que agora se sentem mais bem preparados para atuarem na sociedade. Apontaram em suas falas que as pessoas que ainda não sabem ler e escrever são como alguém que ocupa um espaço inferior ao que eles agora ocupam; reproduzem assim, a desigualdade cultural já que não concebem o analfabetismo relacionado à estrutura da realidade opressora.

Destaque especial à sua crítica sobre a escola e, nesse caso não somente aos problemas estruturais do Programa MOVA/ALFA100: falta de espaço para constituir uma escola de EJA, a qualidade do ensino, a [falta] de formação dos professores bolsistas e/ou voluntários, o tempo de duração e a não articulação da rede pública para que os egressos possam dar continuidade aos seus estudos.

Conclusão

A pesquisa mostrou a percepção de inserção social no que se refere às contribuições das aprendizagens adquiridas pelos discentes: no espaços da vida em família, da atividade profissional, da comunidade mediante a participação em reuniões, sindicatos e associações. Evidenciou também, o que despertou neles como a percepção em relação às metas e aos sonhos para o futuro, bem como a fala deles a respeito de possíveis políticas públicas para a modalidade de EJA.

A investigação também identifica os motivos que os levaram a deixar os estudos ou, a nem chegar a estudarem como é o caso de vários dos sujeitos entrevistados. Dentre esses motivos destacam-se o trabalho e a mudança de estado civil, o casamento (particularmente para o caso das mulheres). Entre estudo e trabalho, alguns deles optaram pelo trabalho por questões de dificuldades financeiras, isto é, a sobrevivência de quando eram crianças falou mais alto do que o projeto de estudar, tornando essa opção como naturalizada por essa necessidade.

Quanto à análise sobre o uso da leitura e da escrita, percebe-se o desejo que os sujeitos têm da apropriação dessas habilidades. No entanto, a maioria não faz uso com autonomia no cotidiano de suas vidas, utilizam-na como textos curtos e ligados à identificação, ou seja, usam aquelas que fazem parte do dia a dia como: ler nomes de repartições públicas, supermercados, nome de ruas, produtos do comércio, entre outros. Com



relação ao uso da escrita, constata-se que ainda é restrita e, que segundo eles gerou mais dificuldades na aprendizagem. Mas, é utilizada principalmente no sentido de fazer cópias, da escrita do nome e de palavras soltas.

Mesmo diante dessa constatação, notou-se, no entanto, que o curso representou para esses sujeitos a possibilidade de uma melhor qualidade de vida. Tal melhoria ocorreu no campo da interação e das relações com o ensino, entre eles mesmos (estudantes) e com o outro, tanto no espaço familiar, como da comunidade. Remete-se novamente a Charlot, (2000, p. 53), quando afirma que nascer é estar submetido à obrigação de aprender para que possa, nesse processo socializar-se, a fim de ocupar um lugar no mundo.

Com essas considerações, ressalta-se a contribuição e a importância do programa MOVA/ALFA 100, mesmo com o 'aparente' pouco avanço obtido pelos sujeitos desta pesquisa, como aprender a assinar o nome e o desenvolvimento da oralidade, ler pequenas frases e nomes, significa apropriar-se de uma nova visão sobre a vida, o que os levou a elevar um pouco mais a vontade de continuar lutando para se inserirem cada vez mais nas práticas sociais da leitura e da escrita.

Nesse sentido, acredita-se ter contribuído por meio desta pesquisa para que a sociedade e para as pessoas que ainda vivem a condição de estarem analfabetos. Além disso, este trabalho também sinaliza a necessidade de incentivo à elaboração e à implementação de políticas públicas comprometidas com a EJA na luta pelos direitos educacionais, no sentido de exigir a continuidade da ação indutora da União nessas políticas, que consolide esta modalidade de ensino como direito público inserindo-a nas redes públicas, garantindo sua oferta, permanência e adequação à realidade dos seus sujeitos, independentemente da idade. Nesse sentido, tais políticas públicas compreendidas, como o que enfatiza pesquisadora Maria Clara Di Pierro (2005):

que não se restrinja à compensação da educação básica não adquirida no passado, mas visem responder às múltiplas necessidades dos indivíduos. Sendo tais necessidades múltiplas, diversas e cambiantes às políticas de formação de pessoas adultas deverão ser necessariamente abrangentes, diversificadas e flexíveis.

Esta pesquisa não se encerra aqui, mas se configura como uma porta para que se possa avançar no conhecimento dessa modalidade de ensino no Estado do Acre, e assim, contribuir com o acesso ao saber elaborado que fortalece as mudanças sociais, como um



caminho necessário à inclusão social, na oferta de uma aprendizagem adequada baseada nas realidades e necessidades dos destinatários.

Referências

ACRE. **A Política e a Organização da Educação de Jovens e Adultos no Acre**. Secretaria de Estado de Educação. Coordenação de Jovens e Adultos. RIO BRANCO, 2008.

_____. **Guia de Formação Inicial de Coordenadores do Programa MOVA/ALFA 100/SEE**. Rio Branco, 2013.

_____. **Resolução do Conselho Estadual de Educação CEE/AC, Nº 26**, de 20 de abril de 2007.

_____. **Resolução do Conselho Estadual De Educação CEE/AC, nº 36**, de 18 de fevereiro de 2009.

_____. **Parecer do Conselho Estadual de Educação CEE/AC, Nº 88**, de 20 de abril de 2008.

ANDRADE, E.R. **Os jovens da EJA e a EJA dos jovens**. Em: BARBOSA, I. O; PAIVA, J. Educação de Jovens e adultos. Rio de Janeiro: DPeA, 2004.

BRASIL. **Câmara de Educação Básica. Parecer CEB Nº 11/2000**(10.05.2000).

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1994.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN 9394/96**.

_____. **Plano Nacional de Educação/n.º 13.005**, de 25 de junho de 2014.

_____. **Resolução/CD/FNDE n.º 22**, de 20 de abril de 2006.

_____. **Resolução/CD/FNDE n.º 31**, de 10 de agosto de 2006.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DI PIERRO, M. C. **A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas**. Educ. Soc. [online]. vol.31, n.112, pp. 939-959, (2010). Acesso em Abril 2015, em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000300015>.

DI PIERRO, M. C. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil**. Educação e Sociedade, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, out., 2005.

FREIRE, P. **Educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, P. & NOGUEIRA, A. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 4 ed. Petrópolis/RJ, 1993.



ALFAEJA
III Encontro Internacional de Alfabetização
e Educação de Jovens e Adultos

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – Coleção Leitura

_____. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

GADOTTI, M. **Educar para um outro mundo possível.** São Paulo: Publisher. Brasil, 2007.

GIROUX, H. A. **Alfabetização e a pedagogia do empowerment político.** In: FREIRE, P.; HADDAD, S. **Educação e exclusão no Brasil.** Ação Educativa, 2008b.

VIEIRA, Maria Clárisse. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil.** Universidade de Brasília, Brasília, 2004.